



SEMEC TERESINAÍ - PI

SECRETARIA MUNICIPAL DE TERESINA –
PIAU

Assistente Social

**EDITAL Nº 01/2024,
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024**

CÓD: SL-064FV-24
7908433249887

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	7
2. Ortografia oficial	10
3. Acentuação gráfica.....	11
4. Pontuação	12
5. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	14
6. Vozes verbais: ativa e passiva	22
7. Colocação pronominal	23
8. Concordância verbal e nominal	24
9. Regência verbal e nominal.....	25
10. Crase	28
11. Sinônimos, antônimos e parônimos; Sentido próprio e figurado das palavras.....	29

Raciocínio Lógico

1. Princípio da Regressão ou Reversão	47
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.....	49
3. Lógica matemática qualitativa	56
4. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	67
5. Razões especiais	68
6. Análise combinatória e probabilidade	69
7. Progressões aritmética e geométrica.....	72
8. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	74
9. Geometria básica	78
10. Álgebra básica e sistemas lineares.....	88
11. Calendários	103
12. Numeração	104
13. Comparações	105

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. O Serviço Social, as Políticas Sociais e as Políticas Públicas e Setoriais.....	111
2. A História do Serviço Social e o Projeto Ético Político.....	137
3. O Serviço Social na Contemporaneidade	147
4. A ética profissional e a relação com a instituição, o usuário e os profissionais	148
5. o serviço social e a interdisciplinaridade	157
6. Política nacional da Assistência Social	158
7. Sistema Único da Assistência Social (SUAS).....	183

ÍNDICE

8. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.....	184
9. Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS.....	194
10. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV	209
11. SCFV – Reordenamento	210
12. Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo	210
13. Medidas socioeducativas.....	220
14. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).....	221
15. Serviço de medida socioeducativa em meio aberto	221
16. Lei de Organização da Assistência Social – LOAS	222
17. Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS.....	222
18. Benefícios assistenciais	222
19. Serviços e programas.....	223
20. Tópicos do Estatuto da criança e do adolescente: Disposições preliminares. Direitos Fundamentais. Do direito à educação, à cultura e ao lazer. Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Da prevenção. Das medidas socioeducativas. Da liberdade assistida	235
21. Conselhos de Saúde e a Participação Popular - Controle Social	239

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

NOTA: Deve ficar claro que a negação destas expressões não tem nenhuma relação com a gramática, língua Portuguesa ou relação com o seu antônimo como todo, nenhum ou coisa do gênero, na verdade a negação destas expressões tem relação direta com a cisão topológica do diagrama, podendo ainda ser associada à mecânica dos fluidos no que se refere a volume de controle, para não entrarmos no contexto da física será feito apenas uma abordagem topológica da estrutura.

Caso 1: Negação da expressão Nenhum

Qual a negação da proposição: “Nenhum rondoniense é casado”

i) deve ficar claro que a negação de nenhum não é todo ou pelo menos um ou qualquer associação que se faça com o português, a topologia da estrutura nos fornecerá várias respostas, vejamos:

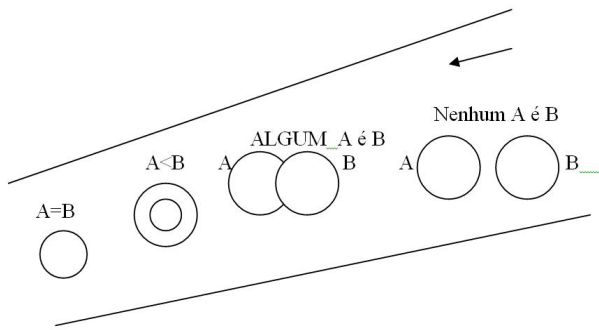
Possíveis negações: Negar a frase é na verdade verificar os possíveis deslocamentos dos círculos.

- I) pelo menos 1 rondoniense é casado
- II) algum rondoniense é casado
- III) existe rondoniense casado
- IV) Todo rondoniense é casado
- V) Todo casado é rondoniense

Definir:

A = Rondoniense

B = Casado



CONCLUSÃO: Topologicamente o pelo menos 1 é a condição mínima de existência; algum e existe estão no mesmo nível de importância e o todo é a última figura sendo assim topologicamente possível mas a última, em termos de importância.

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

RACIOCÍNIO DEDUTIVO

A dedução é uma inferência que parte do universal para o mais particular. Assim considera-se que um raciocínio lógico é dedutivo quando, de uma ou mais premissas, se conclui uma proposição que é conclusão lógica da(s) premissas(s).

A dedução é um raciocínio de tipo mediato, sendo o silogismo uma das suas formas clássicas. É um tipo de Raciocínio lógico que se utiliza da dedução para obter uma conclusão de certa premissa. Deduzir segundo o dicionário de língua portuguesa, pode significar concluir, ato de deduzir.

Nesta modalidade de raciocínio lógico, dada uma generalização, inferimos as particularidades. As generalizações são sempre atingidas pelo processo indutivo, e as particularidades pelo dedutivo.

O raciocínio dedutivo apresenta conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras.

É importante deixar claro que a dedução não oferece conhecimento novo, apenas organiza e especifica o conhecimento que já se possui.

Exemplo:

- Todo vertebrado possui vértebras.
- Todos os gatos são vertebrados.
- Logo, todos os gatos têm vértebras.

Afim de estudar um pouco mais sobre Raciocínio lógico-dedutivo devemos estudar sobre os **silogismos**.

Silogismo é uma palavra cujo significado é o de cálculo. Etimologicamente, silogismo significa “reunir com o pensamento” e foi empregado pela primeira vez por Platão (429-348 a. C.). Aqui o sentido adotado é o de um raciocínio no qual, a partir de proposições iniciais, conclui-se uma proposição final. Aristóteles (384-346 a. C.) utilizou tal palavra para designar um argumento composto por duas premissas e uma conclusão. Exemplo:

Jogamos futebol no sábado ou no domingo. Não jogamos futebol no sábado.
 \vdash Jogamos futebol no domingo.

Observação: o símbolo “ \vdash ” é chamado de traço de asserção; É usado entre as premissas e a conclusão. Esse silogismo também pode ser representado como:

Jogamos futebol no sábado ou no domingo.
 Não jogamos futebol no sábado.
Logo, jogamos futebol no domingo.

Chamado de P a proposição: “Jogamos futebol no sábado”, escreve-se: P: Jogamos futebol no sábado.

Chamado de C a proposição: “Jogamos futebol no domingo”, escreve-se: C: Jogamos futebol no domingo.

Das proposições P e C resulta a proposição “Jogamos futebol no sábado ou no domingo”. Denotamos: P + C: Jogamos futebol no sábado ou no domingo.

Com a negativa da proposição P, tem-se a premissa “Não jogamos futebol no sábado”. Escreve-se: $\sim P$: Não jogamos futebol no sábado. Reescrevendo o argumento, obteremos:

$$P + C, \sim P \vdash C$$

ou

$$P + C$$

$$\sim P$$

Logo, C

Silogismo Categórico de Forma Típica

Chamaremos de silogismo categórico de forma típica ao argumento formado por duas premissas e uma conclusão, de modo que todas as premissas envolvidas são categóricas de forma típica (A, E, I, O). Teremos também três termos:

- Termo menor: sujeito da conclusão.
- Termo maior: predicado da conclusão.
- Termo médio: é o termo que aparece uma vez em cada premissa e não aparece na conclusão.

Exemplos:

Todos os artistas são vaidosos
Alguns artistas são pobres
Logo, todos os pobres são vaidosos.

Todos os gregos são humanos
Todos os atenienses são gregos
Logo, todos os atenienses são humanos.

Todos os coelhos são velozes
Alguns cavalos não são velozes
Logo, alguns cavalos não são coelhos.

Alguns políticos são honestos
Nenhum estudante é político
Logo, nenhum estudante é honesto.

Regras do Silogismo

Para que um silogismo seja válido, sua estrutura deve respeitar regras. Tais regras, em número de oito, permitem verificar a correção ou incorreção do silogismo. As quatro primeiras regras são relativas aos termos e as quatro últimas são relativas às premissas. São elas:

- Todo silogismo contém somente 3 termos: maior, médio e menor;
- Os termos da conclusão não podem ter extensão maior que os termos das premissas;
- O termo médio não pode entrar na conclusão;
- O termo médio deve ser universal ao menos uma vez;
- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

Estas regras reduzem-se às três regras que Aristóteles definiu. O que se entende por “parte mais fraca” são as seguintes situações: entre uma premissa universal e uma particular, a “parte mais fraca” é a particular; entre uma premissa afirmativa e outra negativa, a “parte mais fraca” é a negativa. Atenção: Para determinar se um argumento é uma falácia ou silogismo, deve-se analisar o resultado, ou argumento final: quando se chega a um argumento falso, tem-se uma falácia; quando se chega a um argumento verdadeiro, tem-se um silogismo.

Silogismos Derivados

Silogismos derivados são estruturas argumentativas que não seguem a forma rigorosa do silogismo típico, mas que mesmo assim são formas válidas.

Entimema: trata-se de um argumento em que uma ou mais proposições estão subentendidas. Por exemplo: todo metal é corpo, logo o chumbo é corpo. Neste caso, fica subentendida a premissa “todo chumbo é metal”. Passando para a forma silogística:

Todo metal é corpo.
Todo chumbo é metal.

Todo chumbo é corpo.

Mais um exemplo: Todo quadrúpede tem 4 patas. Logo, um cavalo é um quadrúpede. No dia a dia, usamos muitas formas como essa, pois as premissas faltantes são óbvias ou implícitas e repeti-las pode cansar os ouvintes. Contudo, é comum haver confusão justamente por causa de premissas faltantes.

Epiquerema: o epiquerema é um argumento onde uma ou ambas as premissas apresentam a prova ou razão de ser do sujeito. Geralmente é acompanhada do termo porque ou algum equivalente. Por exemplo:

O demente é irresponsável, porque não é livre.
Ora, Pedro é demente, porque o exame médico revelou ser portador de paralisia geral progressiva.
Logo, Pedro é irresponsável.

No epiquerema sempre existe, pelo menos, uma proposição composta, sendo que uma das proposições simples é razão ou explicação da outra.

Polissilogismo: O polissilogismo é uma espécie de argumento que contempla vários silogismos, onde a conclusão de um serve de premissa menor para o próximo. Por exemplo:

Quem age de acordo com sua vontade é livre.
Ora, o racional age de acordo com sua vontade.
Logo, o racional é livre.

Ora, quem é livre é responsável.
Logo, o racional é responsável.

Ora, quem é responsável é capaz de direitos.
Logo, o racional é capaz de direitos.

Silogismo Expositório: o silogismo expositório não é propriamente um silogismo, mas um esclarecimento ou exposição da ligação entre dois termos, caracteriza-se por apresentar, como termo médio, um termo singular. Por exemplo:

Aristóteles é discípulo de Platão.
Ora, Aristóteles é filósofo.
Logo, algum filósofo é discípulo de Platão.

**SEÇÃO III
DA IMPLANTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROJovem
CAMPO - SABERES DA TERRA**

Art. 32. O Projovem Campo - Saberes da Terra tem como objetivo a oferta de escolarização em nível fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos, integrada à qualificação social e profissional.

Art. 33. O Projovem Campo - Saberes da Terra destina-se a jovens agricultores familiares com idade entre dezoito e vinte e nove anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, serão considerados agricultores familiares os educandos que cumpram os requisitos do art. 3o da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 34. A escolarização dos jovens será ofertada por meio do regime de alternância, entre períodos de tempo-escola e tempo-comunidade, conforme estabelecem o § 2o do art. 23 e o art. 28 da Lei no 9.394, de 1996.

Parágrafo único. A carga horária obrigatória a ser ofertada aos beneficiários do Projovem Campo - Saberes da Terra é de duas mil e quatrocentas horas, divididas em, no mínimo:

I - mil e oitocentas horas correspondentes às atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço de unidade escolar, definidas como tempo-escola; e

II - seiscentas horas correspondentes às atividades pedagógicas planejadas pelos educadores e desenvolvidas junto à comunidade, definidas como tempo-comunidade.

Art. 35. O Projovem Campo - Saberes da Terra será implantado gradativamente nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios que a ele aderirem, mediante aceitação das condições previstas neste Decreto e assinatura de termo específico a ser definido pelo Ministério da Educação.

§ 1o Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios interessados em participar do Projovem Campo - Saberes da Terra deverão assinar, além do termo referido no caput, o termo de adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso), de acordo com o disposto no Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007.

§ 2o As metas do Projovem Campo - Saberes da Terra serão estabelecidas de acordo com o número de jovens agricultores familiares, indicadores educacionais e a política de atendimento aos territórios da cidadania inseridos no Programa Territórios da Cidadania.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao Projovem Campo - Saberes da Terra serão co-responsáveis pela sua implementação.

§ 1o Cabe à União, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, entre outras atribuições:

I - coordenar a modalidade em nível nacional;

II - prestar apoio técnico-pedagógico aos entes executores e às instituições públicas de ensino superior na realização das ações;

III - monitorar a execução física das ações; e

IV - realizar o acompanhamento por meio de sistema de monitoramento e acompanhamento.

§ 2o O Ministério da Educação, por intermédio do FNDE, poderá firmar convênios e parcerias com instituições de ensino superior públicas para:

I - implantar e desenvolver todas as etapas do curso de formação continuada dos educadores e coordenadores de turmas em efetivo exercício;

II - produzir e reproduzir materiais didáticos apropriados para o desenvolvimento da prática docente e profissional em conformidade com os princípios político-pedagógicos;

III - realizar acompanhamento pedagógico e registrar informações do funcionamento das turmas em sistema de monitoramento e acompanhamento;

IV - articular-se com entidades, movimentos sociais e sindicais do campo, para a construção da proposta e realização de formação continuada; e

V - constituir rede nacional de formação dos profissionais da educação que atuarão no Projovem Campo - Saberes da Terra.

§ 3o Cabe ao FNDE:

I - prestar assistência financeira em caráter suplementar;

II - normatizar e monitorar a aplicação dos recursos financeiros; e

III - receber e analisar as prestações de contas.

§ 4o Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - receber, executar e prestar contas dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Educação;

II - organizar turmas e prover a infra-estrutura física e de recursos humanos;

III - prover as condições técnico-administrativas necessárias à coordenação em âmbito estadual ou municipal para realização da gestão administrativa e pedagógica;

IV - oferecer condições necessárias para a efetivação da matrícula dos beneficiários, nos sistemas públicos de ensino;

V - manter permanentemente atualizadas no sistema de monitoramento e acompanhamento as informações cadastrais da instituição, educandos, educadores e coordenadores, bem como outras informações solicitadas, para efeito de monitoramento, supervisão, avaliação e fiscalização da execução do Projovem Campo - Saberes da Terra;

VI - promover, em parceria com outros órgãos, ações para que os educandos tenham a documentação necessária para cadastro no Projovem Campo - Saberes da Terra;

VII - realizar a avaliação dos conhecimentos construídos pelos educandos para estabelecer o processo de desenvolvimento do curso;

VIII - designar instituição pública de ensino responsável pela certificação dos educandos; e

IX - articular-se com entidades, movimentos sociais e sindicais do campo para a execução do Projovem Campo - Saberes da Terra.

**SEÇÃO IV
DA IMPLANTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROJovem
TRABALHADOR**

Art. 37. O Projovem Trabalhador tem como objetivo preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho.

Art. 38. O Projovem Trabalhador destina-se ao jovem de dezoito a vinte e nove anos, em situação de desemprego, pertencente a família com renda per capita de até um salário mínimo, e que esteja:

I - cursando ou tenha concluído o ensino fundamental; ou

II - cursando ou tenha concluído o ensino médio, e não esteja cursando ou não tenha concluído o ensino superior.

Parágrafo único. Nas ações de empreendedorismo juvenil, além dos jovens referidos no caput, também poderão ser contemplados aqueles que estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

Art. 39. A implantação do Projovem Trabalhador dar-se-á nas seguintes submodalidades:

I - consórcio social de juventude, caracterizada pela participação indireta da União, mediante convênios com entidades privadas sem fins lucrativos para atendimento aos jovens;

II - juventude cidadã, caracterizada pela participação direta dos Estados, Distrito Federal e Municípios no atendimento aos jovens;

III - escola de fábrica, caracterizada pela integração entre as ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo; e

IV - empreendedorismo juvenil, caracterizada pelo fomento de atividades empreendedoras como formas alternativas de inserção do jovem no mundo do trabalho.

§ 1o A execução das submodalidades de que trata o caput dar-se-á por:

I - adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 4o da Lei no 11.692, de 2008, mediante aceitação das condições previstas neste Decreto e assinatura de termo de adesão, com transferência de recursos sem a necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, por meio de depósito em conta-corrente específica, sem prejuízo da devida prestação de contas da aplicação desses recursos, observado o disposto no art. 65;

II - celebração de convênio com entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos, observadas as disposições deste Decreto e do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, sem prejuízo de requisitos complementares fixados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2o O Projovem Trabalhador, nos Municípios com população inferior a vinte mil habitantes, será executado por:

I - Estados e o Distrito Federal, com transferência de recursos nos termos do inciso I do § 1o;

II - consórcios públicos de Municípios, desde que a soma da população dos Municípios consorciados seja superior a vinte mil habitantes, mediante celebração de convênio; ou

III - entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, desde que a soma da população dos Municípios atendidos seja superior a vinte mil habitantes, mediante a celebração de convênio.

§ 3o Os recursos financeiros de que trata o inciso I do § 1o:

I - somente poderão ser transferidos aos entes que:

a) não apresentarem pendências no Cadastro Único de Convênio - CAUC, observadas as normas específicas que o disciplinam; e

b) assinarem o termo de adesão definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego; e

II - deverão ser incluídos nos orçamentos dos entes recebedores.

§ 4o O montante das transferências dos recursos financeiros previsto neste artigo será calculado observando-se a definição de metas de que trata o art. 41 e a disponibilidade de recursos da lei orçamentária anual.

Art. 40. A realização de convênio com entidade de direito privado sem fins lucrativos para execução do Projovem Trabalhador será precedida de seleção em chamada pública, observados os critérios de seleção relacionados neste artigo, sem prejuízo da adoção de outros que venham a ser estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1o As entidades de direito privado sem fins lucrativos, para execução do Projovem Trabalhador, deverão:

I - comprovar experiência na execução do objeto do convênio não inferior a três anos, comprovada por meio de, no mínimo, três atestados de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em serviço pertinente e compatível com as características do objeto do convênio;

II - ter capacidade física instalada necessária à execução do objeto do convênio, que, entre outras formas, poderão ser comprovadas mediante envio de imagens fotográficas, relação de instalações, aparelhamento, equipamentos, infra-estrutura;

III - ter capacidade técnica e administrativo-operacional adequada para execução do objeto do convênio, demonstrada por meio de histórico da entidade, principais atividades realizadas, projeto político pedagógico, qualificação do corpo gestor e técnico adequados e disponíveis; e

IV - apresentar proposta com adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados previstos, e em conformidade com as especificações técnicas do termo de referência e edital da chamada pública.

§ 2o Caberá ao Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer notas, pesos e a sistemática de pontuação para avaliação de cada critério referido no § 1o, bem como detalhamento para aplicação de cada um deles, observadas as especificidades das ações do Projovem Trabalhador.

Art. 41. A meta de qualificação social e profissional das ações do Projovem Trabalhador para cada Estado, Município e Distrito Federal será definida com base nos seguintes critérios:

I - demanda existente, em razão da intensidade do desemprego juvenil e a vulnerabilidade socioeconômica do jovem no território;

II - média dos últimos três anos no saldo do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;

III - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; e

IV - proporção da população economicamente ativa juvenil desocupada em relação à população economicamente ativa total.

§ 1o Para o estabelecimento das metas do Distrito Federal, serão considerados os Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF, sendo estes excluídos do cálculo das respectivas metas dos Estados nos quais se localizarem.

§ 2o Os quantitativos e índice relacionados no caput serão verificados na base de dados estatísticos oficial mais recente e disponível, utilizada pelo Governo Federal.

§ 3o Para o alcance das metas de qualificação social e profissional estabelecidas, serão priorizadas as parcerias com Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 42. As ações do Projovem Trabalhador serão custeadas com recursos alocados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e com recursos de contrapartida dos executores parceiros, observados os limites previstos na legislação vigente.

Art. 43. A qualificação social e profissional prevista no Projovem Trabalhador será efetuada por cursos ministrados com carga horária de trezentas e cinquenta horas, cujo conteúdo e execução serão definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e divulgados em portaria ministerial.

Parágrafo único. A carga horária de que trata o caput não se aplica à ação de empreendedorismo juvenil, que será definida especificamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

- (D) teoria e metodologia do Serviço Social.
(E) práxis do Serviço Social.

5. (UFAL - Assistente Social - COPEVE-UFAL). O Serviço Social se institucionaliza como profissão

- (A) enquanto instrumento da caridade particular das classes dominantes, no seio da igreja católica.
(B) em um contexto de crescimento das respostas assistenciais exclusivas do setor privado à questão social emergente.
(C) inserindo-se, de modo imediato, no processo de produção de produtos e de valor, ou seja, no processo de valorização do capital.
(D) dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação de políticas sociais específicas.
(E) quando há um declínio das entidades assistenciais estatais, paralelo a ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais.

6. (AL/MT - Assistente Social - FGV). As alternativas a seguir apresentam propostas do positivismo para o processo de investigação, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A análise social é objetiva quando realizada por instrumentos padronizados e neutros.
(B) A definição de variáveis possibilita operar generalizações com precisão e objetividade.
(C) A realidade se expressa numa dinâmica de leis causais e inter-relacionadas.
(D) Os dados brutos têm primazia sobre os valores e crenças.
(E) A subjetividade é o elemento central da vida social e determina a dinâmica social.

7. (IF/MA - Assistente Social). O Estudo Social é um processo metodológico específico do Serviço Social que tem como finalidade conhecer, com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais. Quando o trabalho de investigação do profissional do Serviço Social constitui-se com objetivo de formar prova para subsidiar decisões,

- (A) deixa de ser tão somente um estudo social e toma característica de parecer social.
(B) além de ser um estudo social, toma característica de relatório social.
(C) deixa de ser tão somente um estudo social e toma característica de perícia social.
(D) assume o papel de intervenção direta e tomada de decisões pelo assistente social.
(E) possibilita o conhecimento da realidade para que o assistente social interfira na problemática.

8. (DPE/AM - Analista Social de Defensoria - FCC/2018) O conservadorismo burguês constituiu-se como matriz pioneira da visão de mundo dominante no Serviço Social. Uma visão que se consolidou com a profissionalização e conferiu cientificidade positivista à profissão. Mas, faz-se necessário ressaltar um aspecto importante da história do Serviço Social: a cultura de oposição ao conservadorismo, tem persistido no seu processo histórico. Assim, desde sempre existiu

- (A) uma prevalência exclusiva do perfil pragmático da profissão.
(B) um posicionamento crítico de grande parte dos profissionais frente à lógica capitalista.
(C) uma perspectiva de refinamento teórico das/dos assistente sociais.
(D) um relacionamento funcional do Serviço Social com a classe trabalhadora.
(E) uma relação de ambivalência do Serviço Social com a lógica capitalista.

9. (Pref. de Fortaleza/CE - Assistente Social - 2016). Quanto aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A profissão incorporou ideias e conteúdos do pensamento da Igreja Católica em seu processo de institucionalização no Brasil.
(B) Foi somente no Movimento de Reconceituação que a profissão incorporou as principais matrizes teórico-metodológicas acerca do conhecimento social na sociedade burguesa.
(C) O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do serviço social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos de 1950, a ser tecnificado ao entrar em contato com o serviço social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.
(D) No caso do serviço social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz marxista.

10. (CEDAE/RJ - Assistente Social - CEPERJ). No que se refere ao Serviço Social, a matriz positivista serviu como primeiro suporte à qualificação técnica da prática profissional e de sua modernização. Yasbeck (2009) afirma que esse suporte é:

- (A) tecnocrático-modernizador
(B) político-organizativo
(C) técnico-operativo
(D) ético-político
(E) teórico-metodológico

11. (BANPARÁ - Assistente Social - EXATUS). O primeiro suporte teórico-metodológico do Serviço Social no Brasil foi:

- (A) A matriz conservadora, que como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista.
(B) A matriz positivista, que tem como horizonte analítico as relações dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediatez. Trabalha com as relações aparentes dos fatos.

(C) O materialismo histórico dialético que concebe o homem como integrante de uma estrutura social setorizada, onde cada um dos setores tem uma função específica e indispensável para o equilíbrio normal da sociedade.

(D) A matriz do doutrinário que possui a visão de mundo fundada na fé e dogmas.

(E) A matriz crítica que considera a sociedade perfeita. Assim, tudo que se encontrar dissonante deve ser, ou melhor, adaptado para que a harmonia orgânica funcione perfeitamente

12. (Câmara de Salvador/BA - Especialista - FGV/2018). Em contexto de crise, como a que o Brasil vivencia atualmente, as políticas sociais são um dos principais alvos. Nas transformações ocorridas nas políticas sociais para o enfrentamento da crise, os assistentes sociais são institucionalmente instados a:

- (A) universalizar os direitos sociais;
- (B) executar programas de inclusão social;
- (C) ampliar os benefícios sociais;
- (D) estabelecer condicionalidades;
- (E) suprimir critérios de elegibilidade.

13. (SMA/RJ - Assistente Social – Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ). É considerado um dos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal do Brasil:

- (A) renda
- (B) alimentação
- (C) registro civil
- (D) comunicação

14. (DETRAN-MT - Administrador - UFMT) Políticas Públicas consistem em:

- (A) Outputs resultantes da atividade política, em áreas como emprego, educação, segurança e saúde.
- (B) Procedimentos formais e informais que expressam relações de poder na solução de conflitos.
- (C) Centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes.
- (D) Procedimentos que permitem aos gestores públicos tornar públicas suas ações, garantindo-lhes transparência.

15. (ANVISA - Técnico Administrativo - CETRO) A respeito das Políticas Públicas, é correto afirmar que

- (A) geram bens públicos e privados.
- (B) são o resultado da atividade política.
- (C) não possuem aspecto coercitivo.
- (D) leis orgânicas municipais são políticas públicas.
- (E) Estados e Municípios priorizam a ocupação do que se convencionou denominar a high politics.

16. (BANPARÁ - Assistente Social - EXATUS) Sobre conselhos de Políticas Públicas, julgue as alternativas e assinale a INCORRETA:

(A) Os conselhos, nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados.

(B) A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultantes políticos.

(C) Os conselhos são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos.

(D) Os conselhos representam o esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado, de qualificação das instâncias de representação coletivas, de fragmentação do espaço público, de despolítica da política e de processos que fragilizam a capacidade de a sociedade civil exercer pressão direta sobre os rumos da ação estatal.

(E) Em termos da tradição política brasileira, os conselhos de políticas públicas são arranjos institucionais inéditos, uma conquista da sociedade civil para imprimir níveis crescentes de democratização às políticas públicas e ao Estado, que em nosso país têm forte trajetória de centralização e concentração de poder.

17. (TJ/GO - Analista Judiciário - FGV) O conceito de política pública e seus diversos significados seguem uma tradicional classificação, que divide em ciclos essa atividade estatal e o seu processo. A perspectiva “de cima para baixo” tem suas raízes no modelo de estágios, que devem ser claramente distintos.

Um desses estágios é o da implementação da política pública, que pode ser definido como:

- (A) o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública;
- (B) o processo de execução e efetuação, que pressupõe um ato anterior e direcionado à consecução de objetivos;
- (C) a determinação do caminho definitivo para a solução do problema que a originou;
- (D) a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível;
- (E) o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.

18. (DPE/RJ - Técnico Superior Especializado - FGV) Os modelos de elaboração de Políticas Públicas que aspiram à generalidade desconsideram o fato de que diferentes ambientes sociais, que configuram a situação em que é feita a escolha da política, aparentemente levam os tomadores de decisão a fazer opções significativamente distintas. Deste modo, para que haja adequabilidade de um modelo teórico, deve-se levar em conta que:

- (A) não existe diferença entre a busca de um modelo para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- (B) o analista deve vincular-se com rigidez a um modelo em particular, não devendo, necessariamente, ter que observar os aspectos do ambiente em estudo.
- (C) nem sempre há necessidade de identificar e estruturar os aspectos da política a ser analisada.